

A COMPARAÇÃO NO ESTUDO DA HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA *

Lara Mancuso**

Resumo

Este texto é uma tentativa de definir uma linha de pesquisa que possa ser caracterizada como história comparada. Trata-se, ao mesmo tempo, de um artigo de resenha e de um depoimento, já que comentarei alguns trabalhos sobre América Latina que fazem uso de um enfoque comparativo, e citarei exemplos da minha própria pesquisa sobre irmandades em Ouro Preto, Brasil, e em Zacatecas, México, no século XVIII. Inicialmente, farei um apanhado dos estudos que surgiram nos últimos 20 anos, e depois discutirei algumas questões metodológicas.

Palavras-chave

História comparada; história da América Latina.

Abstract

This article aims to define a research area called comparative history. It is both a review article and a testimony, as I will comment on a few studies about Latin America that use a comparative approach, and I will also refer to cases of my own work on brotherhoods in Ouro Preto, Brazil, and in Zacatecas, Mexico, in the 18th century. I begin with an inventory of comparative studies emerged during the last 20 years, and after that I will discuss some methodological problems.

Key-words

Comparative history; Latin America history.

A comparação no estudo da história da América Latina nos últimos 20 anos

Embora em um primeiro momento pareçam escassos os estudos históricos sobre América Latina que utilizam um enfoque comparativo, quando começamos efetivamente a contabilizá-los, percebemos que não são tão poucos assim. Além disso, o uso da comparação nos estudos históricos não é novo. Em 1928, em uma palestra proferida em Oslo, no Congresso Internacional de Ciências Históricas, ao apregoar as vantagens da história comparada para o estudo das sociedades européias, Marc Bloch mencionou obras que datavam do início do século XX.¹ Porém, o que creio que ainda não existe é uma preocupação sistemática teórico-metodológica para estabelecer formalmente os pressupostos, objetivos e modalidades de uma chamada “história comparada”, tanto em termos gerais quanto no campo dos estudos latino-americanos.

Em 1982, Magnus Mörner, juntamente com dois então alunos, Julia Fawaz de Viñuela e John D. French, publicaram na revista *Latin American Research Review* um artigo intitulado “Comparative approaches to Latin American History”. Os autores trazem uma recopilação crítica dos trabalhos comparativos no campo da História da América Latina produzidos desde o final da década de 60 até, aproximadamente, 1980. Tomam livros, capítulos de livros, artigos e exposições em congressos, e abarcam desde obras clássicas a trabalhos menos conhecidos, os quais exibem uma ampla variabilidade de temas e de critérios para guiar suas comparações. São citadas, entre outras, a análise de Frédéric Mauro sobre as economias coloniais de México e Brasil (1969), os estudos sobre a mineração no México e no Peru, de David Brading e Harry Cross (1972), a pesquisa de Magnus Mörner confrontando a produção de prata na América Espanhola e em Lapland, na Suécia, durante o século XVII (1974), o trabalho de Alistair Henessy sobre fronteiras na América Latina (1978), a comparação de Emilia Viotti entre a Lei da Terra no Brasil de 1850 e a Homestead Act de 1862 nos Estados Unidos (1977), a obra de Herbert Klein sobre o tráfico de escravos no Atlântico entre 1700 e 1830 (1978), os estudos de caso do antropólogo Benjamin Orlove sobre insurreições camponesas na Índia, a revolta de Tupac Amaru nos Andes em 1780 e a Guerra de Castas em Yucatan em 1840 (1978).²

Este artigo sugere algumas tendências a respeito do caminho seguido pelos estudos comparativos sobre história da América Latina até o final da década de 70. Quanto aos temas abordados, determinados assuntos emergiram como objetos preferenciais. São eles: escravidão e relações raciais, fronteiras, propriedade da terra, imigração, urbanização, economias regionais, mineração e história do trabalho. Mörner, Fawaz de Viñuela e French também apontaram que a história social e econômica foram mais privilegiadas que a história política. Quanto ao recorte espacial, metade dos trabalhos analisados realizou uma compa-

ração “interna” à América Latina, ou seja, entre duas ou mais regiões localizadas dentro dessa área. A outra metade comparou países, cidades ou regiões da América Latina com outras, fora dela. Nesse segundo caso, as principais escolhas foram Europa (com destaque para Espanha) e Estados Unidos, sendo que as pesquisas raramente tomaram territórios da África e Ásia. Além disso, México e/ou Brasil foram freqüentes escolhas como unidades de análise.

Como em todo artigo de resenha, há muitas omissões, pois é virtualmente impossível reunir e revisar tudo o que foi produzido a respeito. Não são mencionados, por exemplo, alguns trabalhos bastante conhecidos na academia brasileira, como “O semeador e o ladri-lhador”, texto de Sérgio Buarque de Holanda de 1936, que compara a colonização portuguesa e espanhola na América; a obra de Morse, gerada durante as décadas de 60 e 70, que possui uma preocupação constante em contrastar Ibero-América e Anglo-América, além do estudo sobre as cidades latino-americanas; e *O messianismo no Brasil e no mundo*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, publicado em 1965, que aborda casos de movimentos messiânicos nos Estados Unidos, África, Melanésia, Europa Ocidental e Brasil.

Não tenho a pretensão de complementar o trabalho de Mörner, Fawaz de Viñuela e French. O que quero fazer em seguida é comentar de forma mais ou menos ordenada algumas obras surgidas após 1980, principalmente, mas não exclusivamente no Brasil, que adotaram uma abordagem comparativa para estudar a história latino-americana, relato que com certeza pecará por uma série de omissões, sobretudo no campo da história econômica. Nesse grupo de trabalhos três temas são freqüentemente abordados: cultura política, história da igreja, e escravidão.

Várias pesquisas vêm sendo realizadas sobre instituições, práticas e processos políticos, as quais analisam problemáticas como federalismo/centralismo, populismo, eleições, movimentos de independência e de formação dos Estados nacionais latino-americanos. Várias teses de mestrado e doutorado são desenvolvidas dentro do grupo de pesquisa sobre cultura política coordenado por Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato, na USP, e o de Werner Altmann, na Unisinos. Esses trabalhos declaram explicitamente sua preocupação comparativa, e tomam geralmente dois países da América Latina como unidades de análise. As pesquisas coletivas coordenadas por Marcello Carmagnani e Alicia Hernández Chávez, no El Colegio de México, seguem uma linha temática parecida.³ Também é importante mencionar aqui o livro de Tamar Herzog, que trata do processo de definição de cidadania no princípio do século XIX, abrangendo Espanha, Venezuela, Peru e Argentina.⁴

Assim, a história política é um dos temas para o qual o uso do enfoque comparativo tem sido recorrente. Isso é uma inovação em relação à historiografia latino-americana anterior a 1980, se seguimos Mörner, Fawaz de Viñuela y French. Entretanto, o emprego da

comparação para tratar de assuntos políticos não é novo, e não se restringe ao domínio dos historiadores. Além de que existem departamentos dedicados à chamada “política comparada”, há certa tradição de história institucional, constitucional e administrativa – não necessariamente produzida por historiadores –, que remonta a De Tocqueville e remete a outros clássicos, como as obras de Otto Hintze, Reinhard Bendix, Barrington Moore Jr., Immanuel Wallerstein e Perry Anderson, entre outros.

O segundo tema que está motivando comparações é a história da igreja. Como marco desse tipo de reflexão, está o trabalho da Comisión de Estudios de Historia de la Iglesia en Latino América, a Cehila, organização fundada em 1973, que se propunha a constituir um grupo de historiadores com representantes de todos os países da América Latina e Caribe para escrever uma História Geral da Igreja, o que gerou até agora uma obra coletiva de mais de cem títulos em quatro idiomas. Esse projeto editorial almejava realizar um trabalho não apologético, crítico do positivismo, de caráter analítico e interpretativo, que renunciasse à centralidade do catolicismo no estudo do cristianismo latino-americano e que tivesse como interesse central os pobres. A obra da Cehila foi concebida como um trabalho em grupo, fruto de constantes discussões entre os participantes. O caráter comparativo do trabalho expressa exatamente esse intercâmbio, na medida em que, no princípio, buscou-se formular uma periodização comum e algumas hipóteses seriais, e depois os pesquisadores das várias regiões latino-americanas elaboraram hipóteses particulares.⁵

A Cehila abriu um leque temático dentro do campo da história da igreja que fomentou, dentro da academia latino-americana, o interesse pela religiosidade popular e pelas matrizes culturais indígenas e africanas. Tal interesse também correspondeu à influência da história das mentalidades e da história cultural, sobretudo após 1980. Esse processo teve reflexos nos trabalhos de cunho comparativo, originando estudos que exploram múltiplos aspectos ligados à evangelização, crenças e práticas religiosas. Destaca o conjunto da obra de Serge Gruzinski, que prima por um rigor em diferenciar localismos de traços mais genéricos, e busca constantemente destacar a organicidade, as interligações e os processos paralelos de sincretismo na América Latina, principalmente durante o período colonial. Parece surgir aqui uma linha temática bastante frutífera para a comparação, a qual poderá se beneficiar do que já foi feito no campo das religiões comparadas.

A valorização do universo cultural pelo viés da aculturação, hibridismos e circularidade também contribuiu para explicar a renovação do interesse pela escravidão e pelas relações raciais, o terceiro tema a ser destacado. Vale lembrar que essa problemática já era objeto preferencial de estudos comparativos anteriores a 1980. Assim, a vigência do tema remete não apenas às tendências temáticas da historiografia contemporânea, mas também a uma trajetória comparativa de décadas anteriores, gerada sobretudo na academia estadu-

nidense, e que toma como referencial espacial o continente americano. Fazem parte dessa trajetória as pesquisas de Frank Tannenbaum, Stanley Elkins, Herbert Klein, David Brion Davis, Carl Degler e Eugene Genovese.

No Brasil, recentemente, cresce o número de estudos sobre a escravidão, o tráfico e a construção de identidades na diáspora que tomam o contexto transatlântico. O oceano é visto como um espaço histórico, onde se buscam as relações e as influências recíprocas entre suas duas margens, no Brasil e na África. *O trato dos viventes*, de Luís Felipe de Alencastro, e *Em costas negras*, de Manolo Florentino, servem como emblemas de uma série de projetos de pesquisa, teses e dissertações recém-concluídas e em andamento, sobretudo na UFRJ, UFF e Unicamp. Isso tende a aumentar cada vez mais, devido à introdução dos cursos de história da África, o que seguramente também motivará estudos que adotem um recorte cronológico posterior ao século XIX.

Este breve comentário sobre alguns estudos comparativos produzidos nos últimos vinte anos sugere duas tendências, que, obviamente, devem ser confirmadas ou refutadas a partir de um levantamento mais abrangente. Primeiro, em relação ao recorte espacial. Antes de 1980, aproximadamente metade dos trabalhos escolhiam países ou localidades interiores à América Latina. Meu levantamento não permite conclusões quantitativas sobre a eleição das unidades de análise nos trabalhos posteriores a 1980, mas percebe-se que os estudos que tomam regiões ou países internos à América Latina se encontram sobretudo nas áreas de história política e história da igreja, enquanto aqueles que elegem áreas externas à América Latina tratam principalmente de temas ligados à escravidão e às relações raciais. Aqui, a África, raramente considerada antes de 1980, cada vez mais passa a constituir um referencial importante. A Ásia, entretanto, parece que continua sem chamar muito a atenção dos pesquisadores.

Com respeito à eleição ao interior da América Latina, Brasil e México continuam sendo um *hit*, assim como o eram antes de 1980. No entanto esse estrelato passou a ser dividido com a Argentina. Aqui sopraram os ventos do Mercosul, e aumentou o interesse pelas chamadas histórias transnacionais ou nova história diplomática, o que também teve reflexos na proliferação dos cursos de relações internacionais, e, em última instância, na consolidação do Rio Grande do Sul como um pólo importante de produção de conhecimento histórico no Brasil.

A segunda tendência que este breve levantamento indica corresponde aos propósitos das “*connected histories*”, conforme sugerido por Sanjay Subrahmanyam, que apontou a necessidade de restabelecer conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais e os “*area studies*” geralmente obscurecem.⁶ Isso está presente, por

exemplo, nos trabalhos sobre escravidão que adotam a perspectiva transatlântica, e na proposta de Serge Gruzinski de analisar as “monarquias católicas”, entendendo-as como o conjunto territorial submetido a Felipe II a partir de 1580, por ocasião da União Ibérica.⁷

Em termos de uma metodologia comparativa propriamente dita, o conjunto de trabalhos aqui citados revela uma multiplicidade de abordagens. Isso levanta uma série de dúvidas. Existem problemas que se prestam mais que outros à comparação? O que pode ser comparado? Como proceder durante o exercício comparativo? Como interpretar os resultados obtidos? Em seguida, vou lucubrar um pouco sobre essas questões.

Em busca de uma comparação eficiente

Marc Bloch oferece um bom ponto de partida para discutir as questões teórico-metodológicas associadas aos trabalhos comparativos. Ele viu duas possibilidades para essas pesquisas.⁸ A primeira corresponde a escolher sociedades separadas temporal e espacialmente, de tal modo que as analogias encontradas não possam ser explicadas nem por influências mútuas nem por origens comuns. Citando como exemplo o *Ramo de ouro*, de James Frazer, Bloch entende que tal escolha apresenta as seguintes vantagens: é possível preencher certas lacunas da documentação na medida em que algumas hipóteses podem ser elaboradas por meio de analogias; o exame simultâneo de vários casos pode ajudar a explicar algumas sobrevivências, aparentemente ininteligíveis, e pode sugerir novos temas a ser pesquisados.

Entendo que esse procedimento aponta para a construção de uma teoria ou um modelo, por meio do exame do maior número de casos possíveis e do apontamento de similaridades entre eles. Esse é o caminho usado, por exemplo, por Maria Isaura Pereira de Queiróz para analisar os movimentos socioreligiosos. Seguidora da sociologia religiosa weberiana, a autora tomou casos dispersos no espaço e no tempo, identificou uma série de características constantes, e a partir daí elaborou uma tipologia geral desses movimentos, a qual destacava a ação de uma coletividade organizada e estruturada sob a liderança de um messias, com o objetivo de transformar a realidade por meio da fundação de um reino perfeito.⁹

Essa opção analítica tem a vantagem de proporcionar um melhor entendimento de determinados conceitos e variáveis em diferentes contextos, brinda uma compreensão teórica global e facilita a formulação de hipóteses mais amplas. Seu limite consiste em que não é factível criar uma teoria com a capacidade de prever ou explicar todas as realidades,

e por isso os modelos construídos podem resultar bastante esquemáticos, o que incomoda mais aos historiadores – geralmente preocupados em afirmar o excepcional de seu objeto de estudo – que aos cientistas sociais.

A segunda opção que destaca Bloch é estudar sociedades contemporâneas com influências mútuas, geograficamente próximas, que estejam submetidas a um contexto macro relativamente parecido em virtude dessa proximidade e sincronismo, e que de alguma forma remontem a uma origem comum. Para Bloch, essa opção é vantajosa por permitir tecer conclusões menos hipotéticas e mais precisas, como ele procurou fazer em sua própria pesquisa, tomando diversas sociedades da Europa ocidental e central. Essa opção está representada nos trabalhos que tomam uma instituição ou um problema comum a duas ou mais localidades, como, por exemplo, escravidão ou populismo.

Nesse caso, o pesquisador pergunta a mesma coisa a duas realidades, e analisa as respostas divergentes. Assim, buscam-se contrastes referentes a um tema amplo, que serve como um marco dentro do qual se apontam as diferenças entre os lugares analisados. O enfoque está, pois, sobre o que é único em cada unidade de estudo. Um exemplo desse tipo de trabalho é “O semeador e o ladrilhador”. Sérgio Buarque de Holanda evoca o caráter normativo, centralizador e uniformizador dos ladrilhadores – os colonizadores espanhóis –, o que se exprimiu na construção de cidades com traçado retilíneo para assegurar o domínio militar, econômico e político sobre as terras conquistadas, para explicar a herança rural deixada pelos semeadores – os colonizadores portugueses –, quem, interessados em benefícios imediatos, se empenharam na exploração comercial e na colonização litorânea. Aqui a comparação é utilizada como um recurso de argumentação com o objetivo de fixar e confirmar certas características da sociedade brasileira.¹⁰

Esse tipo de abordagem respeita a unicidade de cada lugar e evita anacronismos e generalizações. Os contrastes tornam as particularidades mais evidentes, na medida em que um caso atua como uma espécie de comentário das idiosincrasias do outro. Esse procedimento também submete à prova certas explicações cristalizadas. Mas como o enfoque central está sobre os casos em si, isso pode dar margem a certa tendência descritiva, já que a preocupação central é detalhar as diferenças, e não explicar de onde elas vêm. Além disso, estabelecer um marco comum como ponto de partida pode induzir à reprodução automática de conceitos e cronologias preconcebidos e questionáveis.

As duas opções apresentadas por Marc Bloch – acima exemplificadas com o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiróz e o de Sérgio Buarque de Holanda –, e as múltiplas combinações entre elas, sintetizam os caminhos percorridos pelos estudos comparativos em História. Por isso, as questões levantadas por Bloch ajudam a identificar os problemas metodológicos caros a essas pesquisas, e a pensar maneiras de, simultaneamente, aprovei-

tar as vantagens de cada abordagem e limitar suas desvantagens. Creio que três pontos merecem cuidado especial, e, por isso, serão examinados em seguida com certo detalhe: como tratar da tensão entre semelhanças e diferenças, como escolher as unidades de análise e como superar certos obstáculos de ordem prática. Longe de tentar estabelecer uma lógica única, o esforço por buscar certa formalização para o uso da comparação ajuda tanto a evidenciar o potencial desse tipo de investigações como a sugerir vias para sua exploração.

A dicotomia entre semelhanças e diferenças

Durante a investigação propriamente dita, deve-se dar mais peso às semelhanças ou às diferenças? Começemos pelas semelhanças. De que serve encontrar semelhanças entre nossas unidades de análise, e em que medida elas são representativas de algo?

No caso da minha pesquisa, encontrei algumas coincidências significativas entre o funcionamento das irmandades em Zacatecas e em Ouro Preto – cidades localizadas em regiões mineiras no Brasil e no México, respectivamente –, durante o século XVIII. Em ambas as cidades a ingerência das autoridades civis e eclesiásticas era relativamente fraca, a população instável e o cotidiano estava marcado pela violência e pela impunidade. Nesse contexto, as confrarias lograram impor certas regras de conduta e estabelecer algumas pautas que guiavam a interação social de seus membros. Além disso, essas organizações fixavam a população ante a circunstância de migrações contínuas, na medida em que davam coesão e consistência ao conjunto conformado por seus integrantes, defendiam suas prerrogativas, davam legitimidade religiosa a seus interesses e potencializavam as vantagens e a solidariedade que as pessoas ganhavam por pertencer a um grupo. O conjunto de confrades servia, assim, como uma âncora: ao fornecer apoio material, religioso, social e emocional a seus integrantes, de certa forma os arraigava a uma determinada região. Além disso, no caso de uma população constituída por forasteiros, as associações de leigos atuavam como instâncias em certa medida capazes de homogeneizar costumes e comportamentos trazidos por africanos, índios, europeus, e imigrantes provenientes de diversas partes dos territórios brasileiro e novo-hispano. Por último, como grande parte das atividades promovidas pelas irmandades se desenvolvia em espaços públicos, a suntuosidade característica às solenidades articulava a dimensão corporativa das irmandades com o imaginário de exuberância presente nos centros mineiros. Em resumo, as confrarias dotavam a vida nessas localidades de certa estabilidade espacial e institucional, de alguma uniformidade cultural e

de símbolos emblemáticos de um ideário de riqueza. Ao constatar tal conjunto de semelhanças, sugeri uma espécie de “modelo preliminar” para as confrarias localizadas em regiões de mineração.¹¹

Apesar de esse “modelo” de confrarias mineiras ajudar a entender o específico do processo de constituição e do funcionamento dessas associações de leigos, isso não significa que represente uma regra imperativa. Ele pode sim servir como uma referência ou guia para pesquisas posteriores, as quais devem clarificá-lo, ilustrá-lo com mais detalhes e refiná-lo. Mas não importa a quantidade de casos que venham a ser analisados e que se encaixem dentro desse “modelo”, ele nunca poderá ser encarado ou validado como uma teoria ou conceito. Talvez mais que um modelo propriamente dito, a caracterização das confrarias mineiras reflita até aonde a pesquisa chegou a respeito do tema.

A constatação de semelhanças também serve para desmistificar supostas particularidades. Quer dizer, de haver estudado somente o caso de Ouro Preto, talvez minhas conclusões me levassem a ressaltar certas idiosincrasias das irmandades ouro-pretanas. Mas, ao contrastá-las com as confrarias de Zacatecas, dei-me conta que realidades diferentes podem engendrar soluções parecidas, o que também ajuda a testar hipóteses causais. Um exemplo simplista: parte dos estudos sobre Minas Gerais repete automaticamente a afirmação que lá o número de confrarias era grande devido à ausência de ordens religiosas na região. Uma rápida olhada para fora, no Rio de Janeiro, Salvador ou Zacatecas, permite constatar que em muitas cidades onde os regulares estavam presentes as confrarias também eram numerosas. Em casos como esse, a comparação permite verificar em que medida uma singularidade é de fato tão singular. Ou, ainda, nas palavras de Marc Bloch, é benéfica por inspirar certa prudência aos historiadores mais inclinados a buscar causas exclusivamente locais para as transformações sociais.¹²

Claro que, ao lidar com coincidências, existe o perigo da tentação de buscar paralelismos forçados por todos os lados. Nessas situações, a identificação de semelhanças pode ser sinônimo de tecer generalizações inúteis ou de uma mera repetição do óbvio. Vigilância perpétua!

Outra dificuldade em atribuir um peso correto às coincidências encontradas é que, quando as exploramos a fundo, elas geralmente se dissipam. Ou seja, o que antes era semelhança se transforma em diferença. Aí entendo que estamos no caminho certo de desvendar as “falsas similitudes” – para usar a expressão cunhada por March Bloch –, de reconhecer que cenários até certo ponto análogos propiciam respostas diferenciadas e de perseguir as implicações dessas disparidades.

Para ilustrar esse ponto, vamos a outro exemplo de irmandades no Brasil e no México durante o período colonial. Ambos os conjuntos de associações estavam inseridos no

mundo católico ibero-americano, marcados pelo Real Patronato, e funcionavam em sociedades fundadas a partir do intenso intercâmbio de pessoas, mercadorias, idéias, costumes, práticas e expressões religiosas detonado pela conquista. As trajetórias de Portugal e Espanha estiveram fortemente ligadas desde a Idade Média, a evolução dos reinos ibéricos foi imbricada, e isso teve reflexos importantes na administração dos territórios coloniais. Em paralelo à existência de semelhanças e elementos de conexão, Brasil e Nova Espanha experimentaram diferenças qualitativas centrais com respeito ao processo de colonização, evangelização e ocidentalização pretendidos pelas monarquias católicas, as quais se refletem também no funcionamento das irmandades. Por exemplo, nas áreas mineiras novo-hispanas, a principal mão-de-obra utilizada na exploração de prata era a de índios e castas, por meio de diferentes formas de recrutamento que se sobrepunham e variavam regionalmente. No século XVIII, predominava o trabalho pago por jornais diários e por uma comissão do mineral extraído, e havia uma série de leis que o regulamentavam. Ainda na Nova Espanha, as ordens religiosas realizaram um trabalho missionário extensivo sobre a população indígena, de caráter eminentemente doutrinário. Nesse processo, as confrarias tomaram um papel central, sob os auspícios do clero regular. No Brasil, encontramos uma evangelização relativamente similar, restrita às missões do Norte e do Sul do país ou no litoral, com a atuação dos jesuítas no século XVI. Por outro lado, não se elaborou uma política evangelizadora sistemática para os escravos, mão-de-obra predominante na região mineira brasileira. Imperou uma cristianização baseada na vivência, com ênfase nos rituais, e fortemente marcada pela atuação dos leigos. Nesse contexto, as confrarias lograram atingir uma autonomia considerável em relação às autoridades eclesiásticas. Nesse caso, seguir o fio da meada das diferenças entre mão-de-obra adotada e o papel da igreja em cada localidade possibilitou especular um pouco sobre algumas razões que explicam o desempenho das irmandades nos dois lugares. Essa operação pode ser sintetizada na frase de John Elliott, quando afirma que a comparação é um “método útil para descobrir se o particular tem uma ressonância mais ampla, e se o geral possui variações individuais importantes”.¹³

Sigamos com a questão de como lidar com as diferenças em um trabalho comparativo. Elas também podem ajudar a identificar alguns aspectos que não são tão óbvios de perceber por meio de um enfoque não comparativo. Um exemplo. Os estudos sobre associações de leigos no Brasil, geralmente, tomam as irmandades e as ordens terceiras dentro de um conjunto único. O estudo da Nova Espanha evidencia que esse não é um traço universal, pois lá esses dois tipos de organizações apresentavam variações significativas. Tal constatação me levou a pensar em que medida isso estaria relacionado com o diferente papel evangelizador do clero regular no Brasil e no México, e a explorar mais a fundo tanto as diferenças entre confrarias e ordens terceiras no Brasil, como as semelhanças entre ambas

no México. Assim, tal operação introduziu novas problematizações à análise, permitiu desconfiar de coisas que poderiam, inadvertidamente, ser tomadas como “naturais”, e chamou a atenção para algo que poderia ter passado despercebido.

A tensão permanente entre semelhanças e diferenças implícita a qualquer trabalho comparativo também pode ser abordada a partir da percepção das interações entre as unidades de análise tomadas ou da existência de uma certa matriz comum que, efetivamente, as unifica e conecta, a qual, inclusive, poderia ser anteriormente desconhecida. Esta é uma tendência que vem se intensificando. Não se trata de uma proposta inédita, mas que já havia sido sugerida por Marc Bloch, que de certa forma resgata o caminho percorrido por Fernand Braudel, Charles Boxer e Immanuel Wallerstein.

Em conclusão, ao levar a cabo qualquer comparação, sempre se enfrentará o problema de como analisar as semelhanças e as diferenças encontradas, e de como transitar permanentemente entre contrastes e coincidências. A idéia é tirar o máximo proveito e tentar se sentir confortável com esse ir e vir constante entre os paralelos e os contrastes. Penso que buscar somente semelhanças, sem atentar para as diferenças, ou sublinhar as diferenças sem estar aberto às eventuais semelhanças que possam existir, limita os resultados da comparação.

Essas questões estão presentes, não apenas durante o processo analítico propriamente dito, mas desde a eleição das unidades de análise, durante a etapa de coleta de dados e na leitura da bibliografia secundária. Assim, pensando no princípio de uma pesquisa, como, em um primeiro momento, eleger o que vamos comparar? Como guiar a escolha dos objetos de comparação simultaneamente pelo seu parecido e pelo seu diferente?

A eleição das unidades de análise

Não existem regras fixas para determinar as unidades de análise a serem comparadas, porque a escolha depende estritamente dos objetivos da pesquisa, da hipótese que se pretende demonstrar ou das perguntas que esperamos responder. O que se pode é dar algumas dicas para essa eleição.

No caso da minha pesquisa, busquei construir um conjunto de semelhanças como ponto de partida, com a idéia de formar uma base sólida sobre a qual me mover e de onde sair para explorar as diferenças. Minhas semelhanças se encontravam sobretudo no nível macro, decorrentes do marco instituído pela colonização ibérica nos territórios americanos, das pretensões cristianizadoras e do papel das confrarias em tal conjuntura. Depois disso,

saí em busca das especificidades regionais, averiguando sobretudo as conseqüências da adoção do trabalho escravo de africanos e descendentes, no Brasil, e do trabalho livre indígena, no México, para o desempenho das associações de leigos.

Em um primeiro momento, procedi assim de forma intuitiva. Escolher as unidades de análise a partir de um conjunto de macro-semelhanças era reconfortante, porque sentia que pisava em um terreno relativamente conhecido e harmônico, para, a partir daí, me jogar à dissonância dos contrastes. Também por isso escolhi regiões que se dedicavam à mesma atividade econômica – a mineração –, e optei por um recorte temporal sincrônico, ou seja, o século XVIII. Nesse caso, a mineração no Brasil, concentrada nos setecentos, determinou o recorte temporal da pesquisa.

Feito isso, ainda restavam muitas opções. Como decidir entre Ouro Preto, Sabará e o Distrito Diamantino, ou entre Zacatecas, Guanajuato e Sombrerete? Nesse segundo momento, minha eleição foi guiada pela disponibilidade de fontes primárias, de bibliografia, de recursos para viajar e por certo pragmatismo. Tive que escolher o caso brasileiro enquanto vivia no México, e, desde lá, pareceu-me que Ouro Preto representava a opção mais vantajosa em termos de facilidade de acesso aos acervos documentais e de compilação de literatura secundária. No caso do México, quando cheguei a Guanajuato, o arquivo estava mudando de sede. Quando vi a documentação ser acondicionada em caixas sem uma ordem mais ou menos lógica, e ao saber que não havia uma previsão para a data de abertura do novo arquivo, agarrei o primeiro ônibus em busca de uma unidade de análise mais conveniente. Depois, ao constatar que lugares como Sombrerete ou Mazapil, que haviam ocupado posições proeminentes na produção argentífera novo-hispana, estavam reduzidos a micropovoados fantasma, isolados de outras cidades, com transporte intermunicipal intermitente, e eu era provavelmente a primeira mulher estrangeira a aparecer por lá desde o século XVIII, decidi optar pela capital do estado. Assim, a escolha das unidades de análise em um trabalho comparativo enfrenta os mesmos problemas que qualquer estudo, mas alguns tipos de problemas podem adquirir maior magnitude.

Acho que tomar qualquer dessas cidades teria servido para analisar a relação entre confrarias e estratificação social em áreas mineiras, ainda que, obviamente, os resultados alcançados viessem a variar. Assim, creio que o cuidado básico para a seleção das unidades de análise consiste em que ela deve ser guiada pela pergunta central da investigação. Será essa mesma pergunta que determinará, em última instância, as limitações das conclusões que se venham a obter, e imporá os motivos ou a necessidade de abordar mais de uma trajetória ou realidade. Que fique claro que não são todas as perguntas que podem ser respondidas por meio de um enfoque comparativo.

Problemas práticos, soluções pragmáticas

Além das questões comentadas anteriormente, sobre a escolha do que vai ser comparado e a tensão permanente entre semelhanças e diferenças, é preciso ter em mente outros desafios e algumas dificuldades, que são peculiares aos trabalhos comparativos.

O pesquisador, provavelmente, se deparará com um desequilíbrio de fontes primárias e de literatura secundária disponível entre as realidades selecionadas, tanto em quantidade como em qualidade. A documentação encontrada para cada caso pode ter caráter totalmente distinto, e as historiografias sobre determinados países ou regiões não tomam caminhos paralelos, ou seja, não priorizam os mesmos temas e enfoques. Assim, é factível que a informação reunida sobre um determinado lugar seja muito mais sólida que a do outro. Para poder dar conta de tal material, muitas vezes será necessário dominar dois ou mais idiomas. Além disso, temos que enfrentar nosso próprio desconhecimento sobre outras realidades, o que inclui superar uma série de estereótipos e lidar com uma visão deturpada sobre determinados processos e contextos históricos.¹⁴

No caso da minha pesquisa, o arquivo paroquial de Zacatecas, acervo que reúne a documentação sobre as confrarias da cidade, apresenta mais “buracos” documentais do que aqueles que guardam a informação correspondente para o caso ouro-pretano, o arquivo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e o da paróquia de Nossa Senhora do Pilar. Por outro lado, as irmandades novo-hispanas foram mais estudadas que as brasileiras, o que significa que há mais literatura produzida sobre elas. Mas, dentro do Brasil, Ouro Preto é um caso bastante conhecido, ao passo que as confrarias zacatecanas ainda não haviam sido objeto de uma investigação, porque o arquivo paroquial de Zacatecas não estava aberto ao público.

Como historiadora brasileira que estuda o México, em um primeiro momento, era notória minha maior familiaridade com a evidência e a bibliografia sobre Brasil. Tive que aceitar com resignação que cada dia de leitura sobre Brasil correspondia a semanas de leitura sobre México, e que, passadas essas semanas, era necessário rever e buscar mais informação sobre o caso brasileiro, porque muitas dúvidas haviam surgido.

A solução que encontrei para superar ou pelo menos minimizar essas dificuldades foi recorrer a uma série de mecanismos de compensação. Assim, o menor conhecimento sobre México foi compensado com muita leitura, e as lacunas da documentação zacatecana foram remediadas por buscas em outros acervos. Por outro lado, a maior abundância de documentação sobre Ouro Preto e as certezas propagadas pela bibliografia que lida com ela

foram postas à prova pelas dúvidas que o caso mexicano suscitava. Nas palavras que John Elliot usa para descrever seu próprio trabalho comparativo, trata-se de “equilibrar ignorância com informação, e informação com ignorância”.¹⁵

Assim, o ir e vir entre os casos tomados permeia as etapas de compilação de fontes e de leitura bibliográfica, e impõe o desafio de buscar que ambas as unidades de análise estejam suficiente e satisfatoriamente representadas. Nesse ponto, é fundamental a franqueza do pesquisador para indicar aquilo que, apesar de desejável, não foi factível, e evidenciar, assim, os limites do seu exercício comparativo.

Agregue-se a tudo isso o problema do financiamento. Uma pesquisa comparativa geralmente requer viagens, estadias custosas longe de casa e tempo, muito tempo.

Existem outros caminhos para amenizar o conjunto de obstáculos aqui apresentados. O trabalho em grupo é uma alternativa. Os livros coordenados por Marcello Carmagnani e Alicia Hernández constituem bons exemplos. Eles reuniram especialistas de vários países, realizaram encontros, discussões e congressos, e a partir daí organizaram um volume coletivo, no qual cada autor tratou de um único país, mas tendo em mente o exercício comparativo feito nessas reuniões prévias. Em ambos os casos, a sistematização por escrito da comparação entre os países tratados no volume ficou a cargo do coordenador, que escreveu a introdução e a conclusão.¹⁶ Outro exemplo de trabalho em grupo é o projeto da Cehila para escrever a História Geral da Igreja da América Latina. Trata-se de uma obra coletiva, redigida a partir de um debate permanente entre os historiadores do grupo, organizados por regiões. Esses casos demonstram que formar uma equipe de pesquisadores pode ser bastante frutífero para o trabalho comparativo, com o cuidado de que o resultado não corresponda a uma mera reunião de vários estudos de caso.

A história comparativa é uma linha de pesquisa?

Neste artigo mencionei trabalhos nas áreas de Ciências Sociais e Humanidades que lidam com a comparação de diferentes formas. Alguns se declaram comparativos de forma explícita; outros recorrem à comparação para destacar problemas e características específicas da realidade tratada ou elaborar generalizações. Também existem estudos de caso sobre múltiplas áreas geográficas que deixam a cargo do leitor um exercício de comparação mais sistemático, e ainda estudos que tratam das inter-relações entre diversas regiões, enfatizando intercâmbios e influências mútuas. Tratei indistintamente de estudos que usam da comparação para testar uma hipótese, outros que recorrem a ela de forma pontual, e outros que a utilizam sistematicamente para identificar semelhanças e diferenças. Uma boa amos-

tra dessa variedade está registrada na revista *Comparative Studies of Society and History*, que começou a circular em 1958 e constitui um fórum de discussão para aqueles interessados em comparar.

Embora a comparação esteja presente nos mais variados tipos de estudos, tomando diversas formas e perseguindo objetivos diversificados, nem tudo o que compara é uma pesquisa comparativa propriamente dita. Além disso, ainda não existe realmente algo como o campo da “história comparada” ou uma metodologia estabelecida para o emprego da comparação nos estudos históricos. Talvez contribua para isso a precaução por não saber o suficiente sobre muitas coisas, o cuidado do historiador em esgotar todas as fontes primárias disponíveis antes de proceder à mais mínima generalização, o fato de que a formação do profissional se dá dentro de certas delimitações espaciais que correspondem a um país ou região, e que o mercado de trabalho universitário estabeleceu áreas que geralmente não contemplam a comparação. Além, é claro, de todas as dificuldades de ordem prática comentadas anteriormente.

Essa paisagem está mudando nos últimos anos no Brasil. Michael Hall ministra uma disciplina de história comparada na pós-graduação do departamento de História da Unicamp, e em maio de 2004 a Capes credenciou o mestrado em História Comparada do IFCS, na UFRJ. Além disso, é possível apontar um grupo de trabalhos, que não utiliza a comparação somente com o mero propósito de ilustrar ou fazer analogias, mas que de fato constrói, explica e analisa o objeto de pesquisa de forma comparativa.

Mesmo assim, ainda são poucos os que discutem a opção metodológica que adotaram ou se preocupam por aclarar porque, quando e com que objetivos fizeram uso da comparação.¹⁷ Sobre dizer que tal reflexão é benéfica para qualquer pesquisador, independentemente do grau de comparação utilizado. Mesmo porque se trata de uma habilidade mental empregada sempre, ainda que implicitamente, e usá-la de maneira consciente permite aproveitá-la ao máximo como ferramenta de pesquisa.

Creio que são três os pontos fortes dos trabalhos comparativos na área de História: contribuem para a construção do conhecimento histórico sobre os casos estudados e levantam questões inovadoras para cada um deles; dão margem à elaboração de modelos explicativos; e resgatam relações anteriormente invisíveis, ajudando a entender a composição de unidades que extrapolam as fronteiras espaço-temporais tradicionalmente estabelecidas. A ênfase em cada um desses três pontos – que talvez possam ser identificados como três modalidades de história comparada – depende dos objetivos da pesquisa e dos interesses de cada historiador. O que tentei fazer aqui foi começar a definir as pautas de uma linha de pesquisa que possa ser caracterizada como história comparada. Entendo que o crescimento do interesse por esse tipo de trabalho demonstra certo amadurecimento da

historiografia nacional, que busca abordagens originais, tenta aumentar o diálogo com outras correntes e tradições de pensamento, e procura superar seu às vezes excessivo caráter provinciano.

Recebido em março/2005; aprovado em junho/2005

Notas

* A primeira versão deste texto foi escrita para uma palestra no departamento de História da Unicamp em 20 de outubro de 2004. Agradeço a bibliografia fornecida por Maria Lígia Prado e a leitura cuidadosa de Fernando Torres-Londoño.

** Doutora em História por El Colegio de México. Desde novembro de 2004, faz pós-doutorado no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, e atua como coordenadora do Centro Regional de Recursos Sephis. E-mail: mancuso@ufba.br

¹ BLOCH, M. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Mélanges historiques*. Paris, S.E.V.P.E.N, 1963.

² MÖRNER, M.; FAWAZ DE VIÑUELA, J. e FRENCH, J. D. Comparative approaches to Latin American History. *Latin American Research Review*, v. XVII, n. 3, 1982.

³ CARMAGNANI, M. (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil y Argentina*. México, El Colegio de México, 1993; HERNÁNDEZ, A. (org.). *Presidencialismo y sistema político: México y Estados Unidos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

⁴ HERZOG, T. *Defining Nations. Immigrants and citizens in early modern Spain and Spanish America*. New Haven/London, Yale University Press, 2003.

⁵ MANCUSO, L. e TORRES-LONDOÑO, F. Los estudios sobre lo religioso en Brasil: un balance historiográfico. *ISTOR – Revista de Historia Internacional*, México, Cide, ano II, n. 9, p. 63, 2002.

⁶ SUBRAHMANYAN, S. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, julho, 1997.

⁷ GRUZINSKI, S. Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres connected histories. *Annales HSS*, n. 1, jan.-fev., 2001.

⁸ BLOCH, op. cit., pp. 18-19.

⁹ MANCUSO e TORRES-LONDOÑO, op. cit., pp. 60-61.

¹⁰ HOLANDA, S. B. de. “O sementeiro e o ladrilhador”. In: *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

¹¹ MANCUSO, L. *Cofradías, minería y estratificación social: Zacatecas y Ouro Preto en la segunda mitad del siglo XVIII*. México (tese de doutorado), Centro de Estudios Históricos, El Colegio de México, 2004.

¹² BLOCH, op. cit., p. 27.

¹³ ELLIOT, J. H. La Historia Comparativa. *Relaciones*. Zamora, Michoacán, El Colegio de Michoacán, n. 77, 1999, p. 237.

¹⁴ Essas são questões que freqüentemente aparecem em trabalhos comparativos. BLOCH, 1963, pp. 38-40; MÖRNER, F. de V. e FRENCH, 1982, p. 58; ELLIOTT, 1999, pp. 241-243; MANCUSO, 2004, pp. 255-258.

¹⁵ ELLIOT, op. cit., p. 243.

¹⁶ CARMAGNANI, op. cit.; HERNÁNDEZ, op. cit.

¹⁷ As principais discussões sobre a metodologia comparativa estão em BLOCH, 1963; ELLIOTT, 1999; MÖRNER, F. de V. e FRENCH, 1982; BENDIX, 1963; EISENSTADT, 1968; WOODWARD, 1972; FREDRICKSON, 1980; SKOCPOL e SOMERS 1980.